

aos estudantes e à população

1. Uma audiência difícil...

Num dos últimos dias do primeiro período os presidentes das Associações de Estudantes de Lisboa (AAEE) foram ao M.E.N. para darem conta ao titular da pasta da situação nos Institutos Médios (Comercial e Industrial) e para lhe apresentarem as decisões tomadas pelos estudantes de Lisboa face a esta situação: exigir o levantamento dos 6 processos disciplinares a estudantes do Comercial e de 4 do Industrial e das consequentes suspensões; reivindicar a reabertura das instalações da Associação dos Estudantes do Instituto Industrial que as autoridades pretendem substituir pela famigerada M.P.; a legalização do Movimento Associativo do Comercial; a revogação dos regulamentos internos dos Institutos Médios e o fim do inquérito aos dirigentes do Industrial.

No entanto e apesar dessa audiência ser requerida no momento em que se passavam graves acontecimentos em Direito, com intervenção de forças policiais, os representantes dos estudantes de Lisboa não foram recebidos pelo Ministro Veiga Simão e continuam à espera dessa entrevista.

Assim, mais uma vez, e no seguimento da sua política de não interferência nas decisões das autoridades governamentais de cada escola, o Sr. Ministro permitiu que a polícia (logo o Ministério do Interior) tomasse conta da situação e evitou a todo o custo o ter que se explicar face aos estudantes no que se refere à campanha de mentiras que os órgãos de informação ao mesmo tempo faziam alarde.

2. Política de informação: silêncio ou falsidade

A política de silêncio dos órgãos de informação sobre a luta dos estudantes mostra a Universidade como uma sucessão monótona de aulas, exames e reformas bonitas de que toda a gente gosta. Reuniões de estudantes, greves, lutas reivindicativas, acção na via pública, etc. ..., constituem todo um conjunto de factos que convém esconder à "opinião pública".

Em determinadas alturas, porém, agitadores, anarquistas e desordeiros de cabelos compridos saem da manga de autoridades e jornalistas e ocupam um lugar de relevo nos jornais como responsáveis pela "contaminação da juventude por ideias subversivas, por sentimentos anti-patrióticos, pela corrupção dos costumes, pela imoralidade degradante" (Ministro da Defesa 30/12/70). Nessas alturas, "portões rebentados, aulas interrompidas, recontros com a polícia, etc. ..., são algumas das falsidades (ou escamoteamento total da verdade por exageros e mistura confusa dos factos) com que se pretende explicitar os mecanismos "dessa subversão".

Foi isto que se passou nos últimos dias do 1º período, onde uma "bem orquestrada" campanha de informação pretendeu mais uma vez isolar, por um lado, os estudantes e a sua luta das restantes camadas da população, apresentando-os sempre como desordeiros e malandros, e, por outro, das Associações de Estudantes, considerando-as manobradas por "esquerdistas" (logo, subversivos, pessoas sem o sentido das realidades, etc. ...).

Estas activas campanhas de "informação", que se sucedem a largos períodos de silêncio, nunca aconteceram por acaso. Pretende-se sempre com elas preparar intensos períodos de repressão a vários níveis: suspensões escolares, incorporação no serviço militar, processos criminais, etc. ...

3. Um discurso elucidativo e a repressão em marcha

À preparação dessas acções repressivas não se entregam só as autoridades académicas. Se não, veja-se o recente discurso do Ministro da Defesa e Exército, General Sá Viana Rebelo e o que ele deixa entender quando fala

"...apreensões pelo estado em que chegam aos cursos de oficiais e sargentos milicianos muitos dos seus instruídos oriundos das Universidades, de liceus e de escolas técnicas. A subversão procura atingir as Forças Armadas, através das fontes de recrutamento dos quadros que são os estabelecimentos de Ensino. Ora em vários destes estabelecimentos não se consegue ensinar capazmente. São hoje verdadeiros centros de subversão e, mais ainda, centros escolhidos por determinados indivíduos para proclamar ideias contrárias à defesa do nosso Ultramar e à disciplina e coesão das Forças Armadas. O trabalho de preparação dos cidadãos e da sua educação para as grandes tarefas da Pátria, que é de todos, não nos compete só a nós fazê-lo. Mas somos talvez mais sensíveis que outros sectores do País aos perigos que ameaçam a Nação nos seus próprios alicerces."

E depois de referir a deserção de 6 estudantes do Técnico (tenentes milicianos da Academia Militar) para a Suécia, diz:

"...Ora, se tal perversão persistir e se desenvolver, vamos de alterar o sistema de formação dos novos oficiais e sargentos de complemento, com base, em que o serviço militar começa, para todos, aos 21 anos".

É interessante notar que o decreto-lei 49099 publicado no Diário do Governo de 4 de Julho de 1969 - que introduz uma nova alínea no artigo 249 da Lei nº 2135 - e que contém uma nova condição para o adiamento do serviço militar - o bom comportamento escolar, teve a precedência um discurso do Ministro da Defesa, em Fevereiro de 1968, de regresso a Lisboa de uma viagem a África em que manifestou "estranheza" por "alguns" estudantes "que por cá andam a fazer distúrbios". E adiantava "parece que é oportuno rever a sua situação militar para que eles se juntem aos outros na defesa do património nacional." (sublinhados nossos).

Quando da crise de Coimbra, no momento em que a greve aos exames era um êxito completo, surge o decreto que vai permitir incorporar cerca de 50 estudantes de Coimbra no serviço militar. Também aqui o discurso do Sr. Ministro era preparatório para a "monda".

O governo e os seus porta-vozes na Universidade visam assim preparar o terreno para a actuação repressiva sobre as organizações democráticas e autónomas dos estudantes: as Associações dos Estudantes (AAEE).

Para isso o governo utiliza todos os meios desde os decretos, aos discursos na sua rádio e às notícias e artigos na sua imprensa. Tem todos os meios oficiais ao seu dispor para a preparação dessa tarefa já em marcha:

- desde as tentativas de aniquilamento puro e simples das Associações de Estudantes (como no caso do Industrial)
- às sucessivas intervenções policiais quando os estudantes tentam organizar a luta contra as estruturas ancestrais do ensino (no Instituto Comercial)
- aos inquéritos abertos em Direito pela polícia judiciária a fim de instaurar processos crime aos estudantes que mais se destacaram
- a processos disciplinares que agora não decorrem só no Comercial e Industrial, como referimos atrás, mas também prováveis em Direito onde o Director da Faculdade confirmou vagamente o boato que a esse respeito corria à Direcção da Associação
- não hesitando até em prender um estudante de Económicas (que por sinal está a tirar um curso de contabilidade no Comercial) José António Cerejo no último dia de aulas do primeiro período, à noite quando saía de Económicas e o qual se encontra actualmente em Caxias.

O discurso da entidade governamental responsável pelas forças armadas demonstra a evidência a ligação que existe entre os vários compartimentos da estrutura social, ou seja que a Universidade e as forças armadas estão em íntima ligação e que a luta universitária onde quer que se pratique, seja em que circunstâncias for, desde que explicita as desigualdades sociais e consequentes arbitrariedades do governo só pode ter por parte deste uma resposta: REPRESSÃO E AMEAÇAS.

E é nesta conjuntura universitária que o Ministro da Educação faz discursos sobre a reforma do ensino...

PELA DEFESA DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES (AA.EE.)
E DOS ESTUDANTES AMEAÇADOS PELA REPRESSÃO